



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuários Auditores Independentes.

Inovações em Produtos e Serviços

Visando oferecer maior comodidade ao corretor e melhor proteção para o patrimônio dos seus segurados, a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros busca inovar e aperfeiçoar continuamente seus produtos e serviços. No exercício de 2018, destacam-se as seguintes ações:

- Lançamento do Produto Bradesco Seguro Residencial Sob Medida: o produto conta com uma cobertura básica mais robusta, cobrindo: fumaça, queda de aeronave, impacto de veículos (terrestres, aéreos, marítimos ou ferroviários, de objetos, máquinas, equipamentos ou corpos de pessoas ou animais), tumultos, greves, *lockouts* e recomposição de documentos pessoais, do imóvel e reembolso de despachantes por sinistro coberto, além das coberturas de incêndio, queda de raio e explosão. Além disso, o novo produto possui variadas opções de coberturas acessórias, como danos elétricos, roubo, vendaval, moradia temporária e responsabilidade civil familiar, para atender os mais diversos previstos do segurado;

- Bradesco Seguro Auto Correntista: pensado para os clientes do Banco Bradesco, consiste num produto exclusivo para correntistas e com condições diferenciadas, válido somente para seguros individuais de pessoa física e disponível para contratação no Portal de Negócios;

- Aplicativo Assistência Dia e Noite: evolução do aplicativo com a implementação do pré-aviso de sinistro para roubo e furto e a inclusão da cerca eletrônica, funcionalidade pela qual é possível delimitar um raio no qual o veículo segurado pode circular. Caso o veículo exceda o raio, o segurado recebe uma notificação. Foi implantada também a funcionalidade *"login para convidados"*, um recurso que permite ao segurado do Seguro Bradesco Auto convidar outros condutores que porventura necessitem dirigir o veículo, garantido na apólice, para acionarem e utilizarem os mesmos serviços a que o veículo possui direito. Além disso, os clientes que já consumiram todos os serviços de assistências a que tinham direito em suas apólices (acidente, chaveiro, pane ou pneu avariado), podem adquiri-los avulsamente, por meio do *App*. Outra facilidade disponibilizada para os segurados do Bradesco Seguro Auto foi a integração com a empresa Localiza Hertz, possibilitando ao cliente o agendamento da retirada do carro reserva e aluguel de veículo, isto é, em caso de sinistro autorizado;

- Renove Fácil: iniciativa que tem como objetivo proporcionar aos corretores a melhor experiência no processo de renovação do produto Bradesco Seguro Auto. No exercício, foram implementadas as seguintes funcionalidades: novo *layout* de apresentação, mais interativo e amigável das telas do sistema de cotação e das formas de pagamento; extrato de benefícios, com apresentação da economia gerada ao segurado pela utilização dos descontos em estacionamentos na cidade do Rio de Janeiro; evolução do fluxo automático de aceitação de risco no sistema, o que imprime maior velocidade ao processo; e funcionalidade "Recuperação de Clientes", que consiste numa lista simplificada composta pelos segurados que não renovaram seus seguros no ano anterior, a fim de que o corretor possa recuperá-los, bem como, no momento do cálculo, estar disponível para conhecimento do corretor a quantidade de pontos que o cliente possui acumulados em seu cartão de crédito Bradesco Seguros;

- Vistoria e Inspeção Bradesco: o projeto objetiva tornar mais ágil e eficiente o processo de realização de vistorias e inspeções de risco de Seguro Bradesco Auto e Ramos Elementares. Em sua evolução, apresentou melhorias para acompanhamento sobre os motivos pelos quais o segurado está aguardando agendamento da inspeção. Além da expansão do aplicativo *mobile* para as regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul, refinou o processo de controle de agendamento de vistoria prévia para automóveis; implantou o processo de Auto Vistoria prévia remota em todo o País, por meio de fotos enviadas pelo próprio segurado; disponibilizou a geração automática de pedidos de inspeção para o ramo Náutico no aplicativo do inspetor; e implantou o reaproveitamento automático do laudo de inspeção para pedidos compatíveis dos ramos Condomínio, Empresarial e Residencial;

- Salvare: célula criada para suprir necessidades da área de Salvados, reduzir despesas, aumentar a eficiência operacional e a recuperação de receitas da Bradesco Auto/RE. No exercício, foram realizadas melhorias no sistema reintegrador e implantação de novas funcionalidades no sistema que realiza a transferência de salvados;

- Programa Repare Fácil: consiste na oferta de dois novos serviços no produto Auto, o Super Martelinho, que é a recuperação de amassados de pequeno e médio porte, nos quais não houve dano à pintura; e o Reparo Rápido, que é o conserto de arranhados e amassados na lataria externa ou para-choque, com recuperação da pintura em até 4 horas. No exercício, os serviços foram expandidos para todo o País;

- Melhorias Auto: célula ágil, concebida para aprimorar os ambientes de cotação de Seguro Bradesco Auto e automatizar todos os processos de emissão de apólices. Em suas primeiras entregas, implantou uma evolução no processo de confirmação de bônus entre companhias congêneres; a decodificação da placa para carregamento automático de informações do veículo; novas opções de acerto de proposta diretamente pelo corretor; e o preenchimento automático das informações do segurado no cotador *on-line* a partir do preenchimento do campo CPF;

- Inovação RE: nova célula ágil implantada que possui o objetivo de otimizar os processos de cotação e emissão dos produtos de Ramos Elementares. Em suas primeiras entregas, tornou digital o preenchimento de formulários imprescindíveis para solicitação de inspeção das embarcações do Seguro Náutico. Além disso, modernizou o *layout* do sistema de cotação *on-line* que agora também permite que o corretor realize *upload* da documentação da embarcação;

- Bradesco Auto Center (BAC): inauguração do BAC na cidade de Cascavel, totalizando 35 unidades. Ampliação do valor para R\$ 10.000,00, isto é, quando há acordo de pagamento direto a terceiro em caso de sinistro, facilitando ainda mais o processo para os terceiros que preferem reparar seus veículos por conta própria. Além disso, foram inaugurados nas cidades de Aracaju e São Luís os primeiros BACs inspirados no conceito *Smart Box*; e

- Evolução Tecnológica: implantação dos novos cotadores *on-line* dos produtos Equipamentos e Condomínio e desligamento de sistemas *off-line*, em função da expansão de ferramentas *on-line* do produto Automóvel. Expansão do sistema Endosso *On-Line* de Auto individual e frota para todo o Brasil.

Desempenho das Operações de Seguros

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2018, faturamento de R\$ 5,598 bilhões (R\$ 5,783 bilhões no exercício de 2017). No ramo de automóveis, a Companhia manteve a política de tarifação pela característica individual de cada segurado, sofisticando sua subscrição através de modelagem estatística e ferramentas mais adequadas de tarifação. Nos Ramos Elementares, atuou em seus segmentos massificados, onde manteve uma expressiva carteira de seguros residenciais, atingindo cerca de 1,3 milhão de residências seguradas.

Resultado do Exercício

A Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros apresentou, no exercício de 2018, Lucro Líquido de R\$ 191,109 milhões (R\$ 106,007 milhões no exercício de 2017), crescimento de 80,28% em relação ao montante auferido no mesmo período do ano anterior, representando uma rentabilidade de 11,34% sobre o Patrimônio Líquido Médio.

A *performance* do lucro líquido do exercício de 2018, demonstra, principalmente, a melhora dos índices de sinistralidade, em função da evolução no processo de precificação e aceitação de risco e índice de eficiência.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

Os acionistas da Bradesco Auto/RE, em cada exercício, terão direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido.

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Sociedade, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias "Valor Justo por meio do Resultado" e "Disponível para Venda", conforme normas contábeis em vigor.

Responsabilidade Socioambiental

Programa Auto Reciclagem: projeto pioneiro que atende 100% do território brasileiro e consiste no reaproveitamento de sucatas e peças substituídas de veículos danificados em acidentes. As peças são doadas às empresas de reciclagem, que devem possuir certificação de empresas especializadas na coleta desses itens para o processo de reciclagem. A Companhia disponibiliza consulta a um sistema *on-line* através do qual a empresa credenciada pode verificar em quais oficinas há material disponível para reciclagem, visando planejar a logística de coleta. Nesta linha, pode-se acompanhar toda a cadeia de reciclagem, evitando que peças de automóveis sejam depositadas em margens de rios ou em terrenos baldios. Desde o seu lançamento, em 2009, o Programa já recolheu mais de dezesseis mil toneladas de material;

Bradesco Seguro Residencial – Assistência Sustentável: lançado em maio de 2015, o serviço de Assistência Sustentável, disponível para os clientes do Bradesco Seguro Residencial, possibilita o descarte ecologicamente correto de bens em desuso, como móveis, colchões e equipamentos eletrodomésticos, além de proporcionar ao segurado dicas de economia de água, energia e reciclagem de lixo doméstico. O serviço é acionado por meio da Central de Atendimento, agendando data e hora para retirada dos materiais que são desmontados e separados para o aproveitamento ou o descarte correto. Com esse serviço o segurado alia o conforto de ser atendido em casa à garantia de que os materiais descartados serão devidamente reciclados; e

Operação Atendimento em Situação Climatológica Severa: também conhecido como Operação Calamidade, visando facilitar a vida dos clientes, vítimas de qualquer imprevisto decorrente de ventania, enchentes ou raios, entre outras manifestações climatológicas, objetivando à preservação do patrimônio conquistado, à saúde e à vida, em situações ligadas aos acidentes naturais, cada vez mais recorrentes. A Operação Calamidade consiste em identificar, analisar e priorizar situações decorrentes de uma catástrofe, como por exemplo, um telhado danificado por vento, concentrando os esforços para, no menor tempo possível, quantificar e indenizar clientes envolvidos em tragédias naturais.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros faz parte, em linha com os modelos adotados de melhores práticas no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Estrutura de Gestão de Riscos implantada, atuando de forma independente, no que tange a regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que o Grupo está exposto sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa, que abrange, desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos nos vários níveis de atuação das empresas do Grupo, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

Controles Internos

A atuação de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, seja de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. A Bradesco Auto/RE realiza, periodicamente, testes de aderência, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, ao Comitê de Controles Internos e *Compliance* e ao Comitê de Auditoria, ambos da Organização Bradesco.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros possui um programa de integridade alinhado aos requisitos da Lei 12.846/13, reforçando o compromisso com a transparência e incentivo à conduta ética na condução dos negócios, princípios constantes no Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e Setoriais. Os canais de denúncia aos funcionários e ao público externo se mantêm disponíveis para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares.

O Grupo mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, aprimorando os controles existentes de detecção de situações suspeitas, realizando a devida comunicação ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), apoiando outros esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas e assegurando o atendimento às regulamentações pertinentes.

O Grupo Bradesco Seguros possui uma estrutura de comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

Governança de Dados e Segurança da Informação

Reafirmando o compromisso pela disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações organizacionais e dos clientes e diante dos desafios da era digital das informações, além de garantir a segurança dos dados, uma governança e gestão da informação mais robusta e fortalecida tem sido um dos focos de atuação do Grupo Bradesco Seguros, alinhada com as novas regulamentações nacionais e internacionais que abrangem o tema.

Premiações

A Bradesco Auto/RE foi destaque no Prêmio Segurador Brasil nas categorias: "Melhor Desempenho no Ramo Habitacional" e "Melhor Desempenho no Ramo Lucros Cessantes".

A Bradesco Auto/RE foi destaque no prêmio Estádio Finanças Mais, concebido pelo jornal O Estado de S. Paulo, no segmento "Auto". Também integrou o *top 10* no *ranking* das "50 Maiores Seguradoras" do País, no prêmio "Melhores e Maiores" da revista Exame.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 2019.

Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
ATIVO			
CIRCULANTE		3.394.709	3.169.825
Disponível		70.159	32.685
Caixa e bancos		70.159	32.685
Aplicações	4	1.120.509	1.105.109
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.346.064	1.213.450
Prêmios a receber	6	1.328.926	1.192.175
Operações com seguradoras		5.386	8.819
Operações com resseguradoras	7	11.752	12.456
Outros créditos operacionais		172.845	191.628
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	37.794	37.923
Títulos e créditos a receber		130.215	59.163
Títulos e créditos a receber		1.194	7.492
Créditos tributários e previdenciários	9	128.148	50.711
Outros créditos		873	960
Outros valores e bens		74.196	86.800
Bens à venda	8	74.196	86.800
Despesas antecipadas		33.398	49.076
Custos de aquisição diferidos	17c	409.529	393.991
Seguros		409.529	393.991
ATIVO NÃO CIRCULANTE		3.527.825	4.074.265
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.388.535	3.783.520
Aplicações	4	3.292.853	3.540.280
Créditos das operações com seguros e resseguros		185	158
Operações com seguradoras		185	158
Outros créditos operacionais		295	295
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	14.443	12.724
Títulos e créditos a receber		75.893	223.473
Créditos tributários e previdenciários	9	17.785	60.883
Depósitos judiciais e fiscais	10	52.113	159.399
Outros créditos		5.995	3.191
Despesas antecipadas		355	443
Custos de aquisição diferidos	17c	4.511	6.147
Seguros		4.511	6.147
INVESTIMENTO		1.050	1.060
Outros investimentos		1.050	1.060
IMOBILIZADO	11	7.190	8.680
Bens móveis		4.224	5.262
Outras imobilizações		2.966	3.418
INTANGÍVEL	12	131.050	281.005
Outros intangíveis		131.050	281.005
TOTAL DO ATIVO		6.922.534	7.244.090
PASSIVO			
CIRCULANTE		4.477.252	4.239.681
Contas a pagar		239.186	246.988
Obrigações a pagar	13	120.482	139.320
Impostos e encargos sociais a recolher	14	97.243	86.799
Encargos trabalhistas		4.799	4.197
Impostos e contribuições	15	12.954	14.728
Outras contas a pagar		3.708	1.944
Débitos de operações com seguros e resseguros		261.468	239.907
Prêmios a restituir		3.811	3.530
Operações com seguradoras		12.512	6.504
Operações com resseguradoras	7c	42.857	41.933
Corretores de seguros e resseguros		173.608	153.276
Outros débitos operacionais		28.680	34.664
Depósitos de terceiros	16	47.328	50.054
Provisões técnicas - seguros	17	3.927.670	3.701.132
Danos		3.927.670	3.701.132
Outros débitos		1.600	1.600
Débitos diversos		1.600	1.600
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		874.009	1.021.557
Provisões técnicas - seguros	17	830.769	858.033
Danos		830.769	858.033
Outros débitos		43.240	163.524
Provisões judiciais	18 (v)	36.573	155.257
Outros débitos		6.667	8.267
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	1.571.273	1.982.852
Capital social		981.011	981.011
Reservas de lucros		534.396	988.675
Ajustes de avaliação patrimonial		55.866	13.166
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.922.534	7.244.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	23, 24a	5.597.722	5.782.596
Variação das provisões técnicas de prêmios		(181.889)	(37.001)
Prêmios ganhos	23	5.415.833	5.745.595
Receitas com emissão de apólices	24b	11.471	10.774
Sinistros ocorridos	24c	(2.994.348)	(3.346.714)
Custos de aquisição	24d	(935.323)	(970.221)
Outras receitas e (despesas) operacionais	24e	(431.131)	(476.653)
Resultado com resseguro	24f	(32.745)	(104.055)
Receita com resseguro		37.439	86.381
Despesa com resseguro		(70.184)	(190.436)
Despesas administrativas	24g	(928.872)	(993.996)
Despesas com tributos	24h	(127.397)	(130.172)
Resultado financeiro	24i	426.796	477.184
Receitas Financeiras		564.619	626.433
Despesas Financeiras		(137.823)	(149.249)
Resultado patrimonial		-	(4)
Resultado operacional		404.284	211.738
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(91.400)	1.529
Resultado antes dos impostos e participações		312.884	213.267
Imposto de renda	24j, 25	(62.669)	(53.799)
Contribuição social	24j, 25	(51.209)	(44.467)
Participações sobre o resultado		(7.897)	(8.994)
Lucro líquido do exercício		191.109	106.007
Quantidade de ações		221.002	221.002
Lucro por ação - R\$		864,74	479,67

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	191.109	106.007
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda:	71.165	139.447
Efeitos dos impostos	(28.465)	(55.779)
Total do resultado abrangente do exercício	233.809	189.675
Atribuível ao controlador	233.809	189.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e participações	312.884	213.267
Ajustes para:		
- Depreciações e amortizações	89.424	94.084
- Perda ou ganho na alienação ou baixa de imobilizado, intangível e outros valores e bens	102.043	477
- Despesas antecipadas	15.766	17.379
- Custos de aquisição diferidos	(13.902)	3.976
- Ativos de resseguros provisões técnicas	36.054	258.561
- Variações das provisões técnicas	3.603.581	3.810.239
- Redução ao valor recuperável	11.822	(50.030)
- Juros e variação monetária	(28.765)	(88.395)
Lucro líquido ajustado do exercício	4.128.907	4.259.558
Variações nas contas patrimoniais (aumento)/redução:		
- Aplicações - títulos a valor justo por meio do resultado	(15.890)	793.052
- Créditos das operações de seguros e resseguros	(140.610)	92.146
- Outros créditos operacionais	5.931	25.387
- Títulos e créditos a receber	57.190	34.228
- Outros valores e bens	21.529	4.867
- Contas a pagar	25.920	(16.313)
- Débitos das operações de seguros e resseguros	21.561	(17.900)
- Depósitos de terceiros	(2.726)	(8.833)
- Provisões técnicas - seguros	(3.413.354)	(3.855.666)
- Outros débitos	(129.170)	12.931
Caixa líquido consumido pelas operações	(3.569.619)	(2.936.101)
- Imposto de renda sobre o lucro pago	(96.940)	(43.176)
- Contribuição de renda sobre o lucro pago	(78.801)	(35.042)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	383.547	1.245.239
Atividades de investimento		
- Aplicações - títulos disponíveis para a venda	247.917	(958.990)
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - positivos	90.971	139.447
- Ajustes com títulos e valores mobiliários - negativos	(19.806)	-
- Aquisição/baixa de imobilizado	(1.005)	(1.550)
- Ativo intangível desenvolvido internamente	(38.986)	(94.518)
- Alienação de investimentos	13	26
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos	279.104	(915.585)
Atividades de financiamento		
- Cisão Parcial	-	(247.939)
- Dividendos pagos	(625.177)	(100.000)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(625.177)	(347.939)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	37.474	(18.285)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	32.685	50.970
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	70.159	32.685
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	37.474	(18.285)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial (70.502)	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.005.097	100.000	82.864	925.078	-	-	2.042.537
Aumentos de capital:							
AGE de 27/03/2017	-	25.903	-	(97)	-	-	25.806
AGE de 03/07/2017	-	(149.989)	-	-	-	-	(149.989)
Portaria SUSEP/DIORG 290 de 27/03/2017	100.000	(100.000)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/DIORG 463 de 17/07/2017	25.903	(25.903)	-	-	-	-	-
Portaria SUSEP/DIORG 7.007 de 04/10/2017	(149.989)	149.989	-	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	83.668	-	83.668
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	106.007	106.007
Dividendos antecipados (R\$ 452,48 por ação)	-	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Dividendos propostos (R\$ 113,92 por ação)	-	-	-	-	-	(25.177)	(25.177)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	-	-	-	(80.830)	(80.830)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	981.011	-	5.300	75.530	13.166	-	1.982.852
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	88.164	900.511	42.700	-	42.700
Dividendos pagos por conta de reservas (R\$ 2.714,91 por ação)	-	-	-	(600.000)	-	-	(600.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	191.109	191.109
Dividendos propostos (R\$ 205,38 por ação)	-	-	-	-	-	(45.388)	(45.388)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	-	9.556	136.165	-	(145.721)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	981.011	-	97.720	436.676	55.866	-	1.571.273

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Barão de Itapagipe, nº 225, parte, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20261-901. A Companhia é controlada direta da Bradesco Seguros S.A. e em última instância do Banco Bradesco S.A. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, sendo os custos das estruturas operacional e administrativa comuns absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Bradesco em 30 de janeiro de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação

Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações contábeis estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguros; 4 - Aplicações; 17 - Provisões técnicas - seguros e 18 - Provisões judiciais, incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).

Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante e, os passivos de provisões técnicas, acompanham suas características e objetivos.

e. Classificação dos contratos de seguros

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado, é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros

A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de classificação, mensuração e avaliação estão descritos a seguir:

(i) Disponível e Equivalentes de Caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(ii) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do exercício.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreendem os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:

Quotas em fundos de investimentos

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

Títulos Públicos

Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Títulos privados - Certificado de Depósitos Bancários e Certificado de Recebíveis Imobiliários

A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras adotada pela Companhia leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contratos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.

Debêntures

São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

(vi) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais)

perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado do exercício. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(vii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, exclusivamente, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

(viii) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (impairment) de empréstimos e recebíveis

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é feito quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos. No caso das recuperações de cosseguro, a constituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.

h. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos, reconhecidos pelo custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do exercício. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas anuais para o exercício corrente e comparativo: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% para equipamentos de informática, veículos e benfeitoria em imóveis de terceiros.

i. Intangível

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.

Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais custos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos.

j. Outros valores e bens

É composto substancialmente por estoque de bens salvados recuperados. Esses ativos são avaliados ao valor recuperável deduzidos dos custos de vendas dos bens. É reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial deste ativo. Ou seja, se o ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação, se o seu valor contábil exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo. Se esse for o caso, o ativo é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas, sendo necessário que a Companhia reconheça um ajuste para perdas por desvalorização.

k. Ativos de resseguros

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. As provisões técnicas da Companhia são apresentadas brutas de recuperações de resseguro, cujos montantes se encontram registrados no ativo, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações da Companhia para com os segurados.

Conforme determinado pelo órgão regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de perdas são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.

l. Custos de aquisição diferidos

Custos



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de *run-off* semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência e considera ainda a estimativa dos Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER), refletindo a expectativa de alteração do montante provisionado ao longo do processo de regulação.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída com base nas estimativas de pagamentos de indenizações, considerando todos os sinistros administrativos e judiciais existentes na data do balanço atualizados e corrigidos monetariamente, líquidos da parcela correspondente da expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. Para a data-base não foi identificada necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas às indenizações e está dimensionada para abranger tanto as despesas atribuídas individualmente a cada sinistro como também as despesas de sinistros não discriminadas, ou seja, aquelas agrupadas para toda carteira.

Outras provisões correspondem à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), decorrentes das operações de seguros do ramo DPVAT.

(i) Operações com o Convênio DPVAT

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

(ii) Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste. Este teste é elaborado semestralmente e considera a soma do saldo contábil das provisões técnicas de contratos de seguro bruto de resseguro, deduzido da despesa de comercialização diferida (Custos de aquisição diferidos) e os ativos intangíveis relacionados, comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, salvados e ressarcimentos e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados, a Companhia utilizou as taxas a termo livres de risco definidas pela SUSEP.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos (PSL e IBNR).

O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas referentes a produtos em *run-off* foi comparado à soma da PPNG e PPNG-RVNE.

O resultado do teste de adequação não apresentou insuficiência e, consequentemente, não houve necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

Em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações subsequentes, não foram incluídos no teste de adequação os passivos relacionados ao seguro DPVAT.

A sinistralidade média projetada no estudo desta Companhia foi de 52,8%, incluímos neste cálculo a estimativa de prêmio futuro da carteira de seguro habitacional, cuja característica é baixa sinistralidade e prazos longos de vigência, pois acompanha o período de financiamento do imóvel.

O resseguro médio projetado no estudo desta Companhia, calculado com base nos sinistros avisados, foi de 5,66%.

o. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(ii) Passivos contingentes

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os passivos contingentes classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

(i) Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

(ii) Obrigações por aposentadoria

Plano de contribuição definida

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo). O Plano é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeira dos fundos FIEs.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente. Além do plano apresentado, está assegurado aos participantes que, em 2001, optaram em migrar do plano de benefício definido, um benefício proporcional diferido, correspondente aos seus direitos acumulados naquele plano. Para os participantes ativos, aposentados e pensionistas do plano de benefício definido, em extinção, o valor presente das obrigações atuariais do plano está integralmente coberto por ativos garantidores.

(iii) Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 180 ou 270 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

(iv) Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada, até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornará à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. Em decorrência da alteração da alíquota, a Companhia constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada exercício, de acordo com o estudo técnico realizado.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que sejam apurados lucros futuros sujeitos à tributação contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros e cossegueros aceitos, deduzidos dos prêmios cedidos em cossegueros, e as comissões correspondentes são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endossos e faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidos ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas e despesas decorrentes de operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As operações de cossegueros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As operações de resseguro são registradas com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos de contratos proporcionais é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado, enquanto o diferimento dos prêmios de contratos não proporcionais é realizado em função do período de vigência dos respectivos contratos.

A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão aplicáveis quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que serão efetivas para períodos iniciados em e após 1º de janeiro de 2018.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 48 até a data efetiva do IFRS 17 de Contratos de Seguros.

CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, o objetivo desta norma é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações, esta norma altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias, sendo também requeridas certas divulgações no caso das entidades arrendadoras. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos e prevê um impacto nos contratos de aluguéis.

IFRS 17 – Contratos de Seguros

A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia. A IFRS 17 entra em vigor para exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022.

3 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração e o gerenciamento de riscos.

Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Companhia.

São realizados investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem valor agregado.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo diretrizes e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos, voltados a estas atividades.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado em estrutura independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua adequada identificação e mensuração.

A estrutura do Processo de Gerenciamento de Riscos permite que os riscos de seguro/subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado. Para assegurar a uniformidade ao processo de gerenciamento de riscos, há um fórum constante de alto nível, sobre o tema com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades. Essa instância denominada Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda todos os riscos (subscrição, crédito, mercado, liquidez e operacional), define os limites de tolerância aos seus respectivos riscos e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições.

Adicionalmente, foi instituída a Comissão Técnica de Premissas e Modelos, que tem como principal atribuição avaliar e antecipar possíveis impactos quando da alteração de premissas no cálculo das provisões, alteração de estratégia no lançamento de produtos e assuntos relacionados à Gestão de Capital com impacto na Solvência ou nível de Apetite a Riscos. Existem ainda os Comitês Executivos definidos pelo Banco Bradesco para tratar os assuntos relacionados ao Risco de Subscrição, Risco de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional, que são submetidos ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital que tem por atribuição assessorar o Conselho de Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limites de exposição a riscos.

b. Risco de seguro/subscrição

O risco de seguro é o risco transferido por qualquer contrato de seguros onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais relacionadas na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculo dos prêmios de seguro. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ou benefícios ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Companhia.

O gerenciamento do risco de subscrição é realizado pela Superintendência Técnica. As políticas de subscrição e aceitação de riscos são periodicamente avaliadas através de grupos de trabalho. Além disso, a Diretoria de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, parte integrante da estrutura de gerenciamento de riscos, têm como uma de suas principais atribuições cálculo de capital regulatório para esse negócio e certifica os estudos de precificação de novos produtos.

O processo de gerenciamento busca diversificar as operações de seguros visando primar pelo balanceamento da carteira e se sustenta no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos. A Companhia deve efetuar a indenização de todos os eventos ocorridos durante a vigência da apólice, mesmo que a perda seja descoberta após o término da vigência deste. Como resultado, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistro inclui despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação. Considerando as incertezas inerentes ao processo de estimativa das provisões de sinistros, pode acontecer da liquidação final mostrar-se diferente do passivo inicialmente constituído.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, *Asset Liability Management* (ALM). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos. O objetivo é verificar se a situação da carteira de ativos e passivos está equilibrada para honrar os compromissos futuros da Companhia com seus segurados.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de bens

- Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas;
- Sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado;
- Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos;
- Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas; e
- Provisões técnicas insuficientes ou supervelozadas.

A natureza dos seguros subscritos pela Companhia, em geral, é de curta duração.

As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas por meio das políticas internas e manuais de práticas e procedimentos.

A seguir apresentamos um resumo dos principais riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de bens:

- Seguro de veículos inclui, entre outros, danos físicos, perda do veículo segurado, seguro de responsabilidade de terceiros para automóveis e acidentes pessoais passageiros;
- Seguros empresariais, residenciais e diversos incluem, entre outros, riscos de incêndio (ex.: incêndio, explosão e interrupção do negócio), desastres naturais (ex.: terremoto, vendaval e enchente), linhas de engenharia (ex.: explosão de caldeiras, quebra de maquinários e construção), marítimos (carga e casco) e seguro de responsabilidades.

Gerenciamento dos riscos de seguro de bens

A Companhia monitora e avalia a exposição de risco sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e constituição das provisões técnicas. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pela Superintendência Técnica.

As Superintendências Executivas Técnicas desenvolveram mecanismos, como, por exemplo, agrupamentos dos riscos por CPF, CNPJ e endereços de riscos, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

Resultados da análise de sensibilidade

Alguns resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada cenário de sensibilidade, é demonstrado o impacto no resultado da Companhia de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

Seguros de Bens – Sensibilidades em 31 de dezembro de 2018

Para os seguros de bens, a tabela abaixo apresenta o impacto no resultado e patrimônio líquido caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições	Bruto de		Líquido de	
	resseguro	R\$ mil	resseguro	R\$ mil
Auto	(21.721)		(21.721)	
Ramos elementares	(7.525)		(7.139)	

Concentração de riscos

As potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento baseada nos valores de prêmios emitidos.

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2018		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.604.694	996.085	2.600.779
Sul	893.190	225.829	1.119.019
Nordeste	756.643	98.373	855.016
Centro-Oeste	606.060	86.248	692.308
Norte	127.058	31.530	158.588
Total (*)	3.987.645	1.438.065	5.425.710

Região Geográfica	Líquido de Resseguro R\$ mil – 2017		
	Auto	Ramos Elementares	Total
Sudeste	1.619.360	993.113	2.612.473
Sul	916.336	259.096	1.175.432
Nordeste	824.166	86.655	910.821
Centro-Oeste	600.901	70.619	671.520
Norte	125.939	24.430	150.369
Total (*)	4.086.702	1.433.913	5.520.615

(*) Não inclui os montantes de R\$ 620 (R\$ (23.433) em 31 de dezembro de 2017), referente a prêmio de riscos vigentes e não emitidos (RVNE) e R\$ 98.928 (R\$ 121.634 em 31 de dezembro de 2017) relativo aos prêmios do convênio DPVAT.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

Política de resseguro

Por mais que as empresas seguradoras sejam conservadoras e seletivas na escolha de seus parceiros, a compra de resseguro apresenta, naturalmente embutido em sua operação, o risco de crédito. Entretanto, no Brasil esse risco é relativamente amenizado em função das regras legais e regulamentares existentes, uma vez que as seguradoras devem operar com resseguradores registrados junto à SUSEP que são classificados como local, admitido ou eventual. Os resseguradores classificados como admitido e eventual, com sede no exterior, devem atender a requisitos mínimos específicos, previstos na legislação em vigor.

A política de compra de resseguro e a aprovação dos resseguradores que integram os seus contratos competem à Diretoria Executiva, sendo observados os requisitos mínimos legais e regulamentares, alguns deles visando minimizar o risco de crédito intrínseco à operação, e considerado o patrimônio líquido compatível aos montantes cedidos.

Outro aspecto importante nessa gestão de resseguro é o fato de que a Companhia busca trabalhar dentro de suas capacidades contratuais, evitando assim a compra frequente de coberturas em contratos facultativos e exposições mais elevadas ao risco de crédito.

Praticamente todas as carteiras de ramos elementares, exceto automóveis, possuem proteção de resseguro e, em sua maioria, com a conjugação de planos proporcionais e não proporcionais, por risco e/ou por evento.

Atualmente, parte expressiva dos contratos automáticos (proporcionais e não proporcionais) é cedida ao IRB Brasil Resseguros S.A. Alguns resseguradores admitidos participam com menor percentual individual, mas todos possuindo capital e *rating* superiores aos mínimos estabelecidos pela legislação brasileira, o que, no entendimento da Administração, reduz o risco de crédito.

No exercício, o prêmio cedido em resseguro foi de 10,81% (10,33% em 31 de dezembro de 2017) do prêmio emitido de ramos elementares (RE), enquanto o prêmio emitido líquido de seguro de RE foi de R\$ 1.515.635 (R\$ 1.584.855 em 31 de dezembro de 2017).

No quadro abaixo é demonstrada exposição ao risco de crédito das operações de resseguro, e os ativos de resseguro com os resseguradores. A queda nos valores trata-se basicamente da transferência da carteira de seguros de grandes riscos da Bradesco Seguros, que foi integrada à operação da Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.

TIPO	Rating	Exposição (R\$)	2018		2017	
			%	Exposição (R\$)	%	Exposição (R\$)
LOCAL	AAA	40.998	72,97	46.617	77,65	-
LOCAL	A+	2.153	3,83	-	-	-
ADMITIDA	AA+	1	-	1	-	-
ADMITIDA	AA-	3.086	5,49	3.145	5,24	5,24
ADMITIDA	A+	4.971	8,85	5.108	8,51	8,51
ADMITIDA	A	4.336	7,72	4.382	7,30	7,30
ADMITIDA	A-	641	1,14	780	1,30	1,30
Total		56.186	100,00	60.033	100,00	

Gerenciamento do risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Conforme exp



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

Exposição ao crédito de seguro

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é considerada reduzida pela Administração uma vez que em alguns casos a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira) caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrimos altas exigências de liquidez.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta:

	Prazo estimado de realização	
	Fluxo de Ativos (i)	Fluxo de Passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	900.571	352.741
Fluxo de 3 a 6 meses	218.587	22.195
Fluxo de 6 a 9 meses	51.375	2.975
Fluxo de 9 a 12 meses	3.352	92
Fluxo de 12 a 60 meses	30	-
Total	1.173.915	378.003

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas e os débitos das operações com seguros e resseguro. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivos assegurar a existência de normas, critérios e monitoramento contínuo no processo bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez. Trimestralmente, é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório e aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo realizado de forma corporativa é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado anualmente pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e Comitê de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Nesse tipo de operação a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas. Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e da carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de VaR Delta-Normal para o horizonte de 1 dia, com nível de confiança de 99% e volatilidades e correlações calculadas a partir de métodos estatísticos que atribuem maior peso aos retornos recentes.

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

Análise de sensibilidade de risco de mercado

Fator de Risco	Cenário	
	Choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços	
Índice Brasil Bolsa Balcão (B3) em pontos		87,008
Taxa Pré-fixada de 1 ano		6,56%
Cupom de IPCA de 1 ano		3,00%
Cupom de IGP-M de 1 ano		3,63%

Os impactos, líquidos de efeitos fiscais, desse cenário sobre as posições seriam as seguintes:

Exercício	Taxa de juros em Reais	Índices de preços	Cupom Cambial e moeda estrangeira	Renda variável	Total sem correlação	Total com correlação
Dezembro 2018..	(192)	(91)	(72)	(11)	(366)	(247)
	Exposições sujeitas à variações de taxas de juros pré-fixadas e cupons de taxas de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	Variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	Exposições sujeitas à variação do preço de ações		
Definição.....	taxas de juros	índices de preços				

f. Risco operacional

O risco operacional é representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

Gerenciamento do risco operacional

A Companhia aborda o gerenciamento do risco operacional num processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento. Todo o processo de Governança Corporativa para gerenciamento do risco operacional é acompanhado trimestralmente pelos comitês executivos do Grupo Bradesco Seguros e do Banco Bradesco, cada qual com a sua especificidade, possuindo as seguintes atribuições:

- Garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Risco Operacional e de Continuidade de Negócios da Companhia;
- Assegurar a efetividade do processo de gerenciamento de risco operacional e de continuidade de negócios da Companhia;
- Aprovar e revisar as definições e critérios, modelagens matemáticas e estatísticas e cálculos referentes ao montante da alocação de capital; e
- Avaliar e submeter à validação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital do Banco Bradesco, com reporte aos comitês específicos, a política, estrutura, papéis, procedimentos e responsabilidades das dependências envolvidas no processo, bem como as revisões executadas anualmente.

Procedimentos de controle e monitoramento contínuo

- Identificar junto às dependências interna e externa da Companhia os eventos de perdas decorrentes de risco operacional, assegurando o correto tratamento mediante as origens/causas, para a avaliação, monitoramento, controle do processo, possibilitando à redução dos impactos, ao menor custo; e
- Estabelecer reuniões com os gestores e executivos, quanto ao tratamento das perdas junto às áreas, visando à melhoria contínua, ações corretivas e preventivas do Risco Operacional.

g. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é realizado de forma corporativa e visa assegurar que o Grupo Bradesco Seguros mantenha uma sólida base de capital para fazer face aos riscos inerentes às suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos e metas, de acordo com as características de cada empresa do Grupo. Para tanto, são considerados o ambiente de negócios, a natureza das operações, a complexidade e a especificidade de cada produto e serviço no mercado de atuação. O processo de adequação e gerenciamento de capital é acompanhado de forma permanente e prospectiva, seja em situações de normalidade de mercado, ou em condições extremas, atendendo os limites definidos pelos Órgãos Reguladores e/ou aos aspectos de Governança Corporativa.

h. Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2018		%		2017		%	
	Títulos a valor justo por meio do resultado							
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	1.117.202	25,31	1.101.312	23,71				
Títulos disponíveis para venda	3.296.160	74,69	3.544.077	76,29				
Títulos de renda fixa - Letras do tesouro nacional	1.773.039	40,17	1.436.682	30,92				
Títulos de renda fixa - Notas do tesouro nacional	1.049.635	23,78	1.341.028	28,87				
Títulos de renda fixa - Fundos de investimento	456.681	10,35	752.514	16,20				
Títulos de renda fixa - Debêntures	13.863	0,31	10.618	0,23				
Títulos de renda variável - Ações	2.942	0,07	3.235	0,07				
Total das aplicações financeiras	4.413.362	100,00	4.645.389	100,00				

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2018						
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
Títulos a valor justo por meio do resultado	407.747	4.980	148.033	556.442	1.117.202	1.114.151	3.051
Quotas de fundos de investimento	377.940	-	-	377.940	377.940	377.940	-
Letras financeiras do tesouro	-	363	-	366.434	366.797	366.788	9
Letras do tesouro nacional	-	140.012	-	130.670	270.682	268.389	2.293
Letras financeiras emissores privados	-	4.380	8.021	19.312	31.713	31.694	19
Letras do tesouro nacional - operação compromissada (nota 22)	27.953	-	-	-	27.953	27.953	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	21.569	21.569	21.120	449
Notas do tesouro nacional	-	-	-	12.018	12.018	11.854	164
Debêntures	-	237	-	6.439	6.676	6.559	117
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 22)	1.854	-	-	-	1.854	1.854	-
Títulos disponíveis para venda	3.307	-	-	3.292.853	3.296.160	3.203.050	93.110
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.773.039	1.773.039	1.718.994	54.045
Notas do tesouro nacional	-	-	-	1.505.951	1.505.951	1.482.759	23.192
Debêntures	-	-	-	13.863	13.863	49	13.814
Ações	2.942	-	-	2.942	2.942	883	2.059
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 22)	365	-	-	-	365	365	-
Total das aplicações financeiras	411.054	4.980	148.033	3.849.295	4.413.362	4.317.201	96.161

	2017				Valor contábil/valor justo	Valor atualizado	Ajuste a valor justo
	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos a valor justo por meio do resultado	411.657	16.595	811	672.249	1.101.312	1.098.820	2.492
Quotas de fundos de investimento	354.170	-	-	-	354.170	354.170	-
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	333.269	333.269	333.294	(25)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	277.855	277.855	275.748	2.107
Letras financeiras emissores privados	22.945	16.595	-	14.291	53.831	53.781	50
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada (nota 22)	34.542	-	-	-	34.542	34.542	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	21.026	21.026	21.032	(6)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	19.780	19.780	19.430	350
Debêntures	-	-	811	6.028	6.839	6.823	16
Títulos disponíveis para venda	3.797	-	-	3.540.280	3.544.077	3.522.132	21.945
Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.092.980	2.092.980	2.095.896	(2.916)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	1.436.682	1.436.682	1.424.745	11.937
Debêntures	-	-	-	10.618	10.618	46	10.572
Ações	3.235	-	-	-	3.235	883	2.352
Notas do tesouro nacional - operação compromissada (nota 22)	562	-	-	-	562	562	-
Total das aplicações financeiras	415.454	16.595	811	4.212.529	4.645.389	4.620.952	24.437

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2018	2017
Total das provisões técnicas	4.758.439	4.559.165
(-) Ativos de resseguro redutores	(34.924)	(35.816)
(-) Direitos creditórios (líquidos dos prêmios vencidos e não pagos)	(1.038.510)	(920.736)
(-) Provisões do convênio DPVAT	(377.671)	(353.695)
Total a ser coberto (A)	3.307.334	3.248.918
Títulos de renda fixa públicos	2.822.674	2.777.711
Quotas de fundos de investimentos	993.582	1.346.006
Ações	2.935	3.227
Total dado em cobertura (B)	3.819.191	4.126.944
Suficiência (B) - (A)	511.857	878.026

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;

Nível 2: *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	2018		2017			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	649.497	467.705	1.117.202	630.904	470.408	1.101.312
Quotas de fundos de investimentos	-	377.940	377.940	-	354.170	354.170
Letras financeiras do tesouro	366.797	-	366.797	333.269	-	333.269
Letras do tesouro nacional	270.682	-	270.682	277.855	-	277.855
Letras financeiras emissores privados	-	31.713	31.713	-	53.831	53.831
Letras do tesouro nacional - operação compromissada..	-	27.953	27.953	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	21.569	21.569	-	21.026	21.026
Notas do tesouro nacional	12.018	-	12.018	19.780	-	19.780
Debêntures	-	6.676	6.676	-	6.839	6.839
Notas do tesouro nacional - operação compromissada..	-	1.854	1.854	-	-	-
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada	-	-	-	-	34.542	34.542
Disponíveis para venda	3.281.932	14.228	3.296.160	3.532.897	11.180	3.544.077
Letras do tesouro nacional	1.773.039	-	1.773.039	1.436.682	-	1.436.682
Notas do tesouro nacional	1.505.951	-	1.505.951	2.092.980	-	2.092.980
Debêntures	-	13.863	13.863	-	10.618	10.618
Ações	2.942	-	2.942	3.235	-	3.235
Notas do tesouro nacional - operação compromissada..	-	365	365	-	562	562
Total das aplicações financeiras	3.931.429	481.933	4.413.362	4.163.801	481.588	4.645.389

e. Movimentação das aplicações

	Valor justo por meio do resultado
--	-----------------------------------



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

	2018	2017
A vencer:		
Até 30 dias	519.062	490.669
De 31 a 120 dias	580.189	526.557
Acima de 121 dias	158.750	147.245
Total a vencer	1.258.001	1.164.471
Vencidos:		
Até 30 dias	61.489	24.174
De 31 a 120 dias	6.076	6.135
Acima de 121 dias	20.648	14.144
Total vencidos	88.213	44.453
Subtotal	1.346.214	1.208.924
(-) Redução ao valor recuperável	(17.288)	(16.749)
Total	1.328.926	1.192.175

c. Prazo médio de parcelamento do prêmio

	Quantidade de parcelas	2018	2017
Automóvel	1 a 6	52,3%	55,8%
	7 a 12	47,7%	44,2%
	7 a 12	47,7%	44,2%
Ramos elementares	1 a 6	68,7%	68,3%
	7 a 12	31,3%	31,7%
	7 a 12	31,3%	31,7%

d. Movimentação dos prêmios a receber

	2018	2017
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.063.830	1.217.029
(-) Cisão Parcial Carteira de Grandes Riscos (nota 26b) (*)	-	(126.133)
(+) Prêmios emitidos	5.876.567	6.167.861
(+) IOF	386.815	404.911
(+) Adicional de fracionamento	61.063	75.780
(-) Prêmios cancelados	(337.420)	(441.314)
(-) Recebimentos	(5.856.077)	(6.270.770)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	(539)	36.466
Saldo em 31 de dezembro (*)	1.194.239	1.063.830

(*) Saldo final não considera prêmios de riscos vigentes não emitidos, cosseguro aceito e adicional de fracionamento a apropriar no montante de R\$ 134.687 (R\$ 128.345 em 2017) e na cisão parcial o montante de R\$ 60.342.

7 Operações com resseguradores

a. Composição

	2018	2017
Sinistros pagos a recuperar (nota 7c)	18.474	12.979
Redução ao valor recuperável	(6.722)	(523)
Operações com resseguradoras	11.752	12.456
Sinistros a liquidar	15.866	14.829
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	10.600	12.467
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	23.065	21.314
Provisão de prêmios não ganhos - risco vigente não emitido	2.286	1.756
Provisão despesas relacionadas	420	281
Ativos de resseguro - provisões técnicas	52.237	50.647
Total	63.989	63.103

b. Movimentação

	2018	2017
Saldo em 1º de janeiro	63.103	994.614
Cisão Parcial Carteira de Grandes Riscos (nota 26b)	-	(721.428)
Constituição de provisões	121.604	294.174
Reversão de provisões	(88.151)	(235.156)
Sinistros recuperados	(7.076)	(230.790)
Atualização monetária de sinistros	1.221	(4.655)
Outros	(26.712)	(33.656)
Saldo em 31 de dezembro	63.989	63.103

c. Composição por ressegurador

Resseguradores	Categoria	2018			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich					
Re de Brasil Resseguradora S.A.	Local	38.669	18.474	62.820	39.097
Outros	Admitida	4.188	-	9.643	-
Total		42.857	18.474	72.463	39.097

Resseguradores	Categoria	2017			
		Prêmio a liquidar	Sinistros a recuperar (nota 7a)	Prêmio cedido (nota 24f)	Recuperação de sinistros (nota 24f)
IRB Brasil Resseguros S.A. e Munich					
Re de Brasil Resseguradora S.A.	Local	36.155	12.979	123.195	114.729
Outros	Admitida	5.778	-	40.585	-
Total		41.933	12.979	163.780	114.729

d. Demonstração da carteira e do percentual ressegurado

Ramo	2018			2017		
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro cedido (nota 24f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação sinistros (nota 24f)	% cessão
Property	677.427	9.887	1,46	151.195	6.263	4,14
Marítimo	34.946	12.272	35,12	36.713	16.798	45,75
Equipamentos	169.348	16.919	9,99	93.978	10.301	10,96
SFH	332.045	32.159	9,69	64.779	5.588	8,63
Outros	173.092	1.226	0,71	195.223	147	0,08
Total	1.386.858	72.463		541.888	39.097	

Ramo	2017			2017		
	Prêmio emitido	Prêmio Resseguro cedido (nota 24f)	% cessão	Sinistros ressegurados	Recuperação sinistros (nota 24f)	% cessão
Property	93.491	73.304	78,41	63.438	48.490	76,44
Marítimo/aeronáutico/petróleo	49.767	22.279	44,77	66.766	45.934	68,80
Transportes	78.598	8.838	11,24	60.638	527	0,87
Equipamentos	131.416	14.613	11,12	96.656	13.714	14,19
SFH	304.901	29.166	9,57	38.478	3.105	8,07
Outros	781.753	15.580	1,99	312.527	2.959	0,95
Total	1.439.926	163.780		638.503	114.729	

8 Bens a venda – Salvados

a. Composição

	2018	2017
Automóvel	93.138	114.937
Ramos elementares	1.897	1.627
Subtotal	95.035	116.564
(-) Redução ao valor recuperável	(20.839)	(29.764)
Total	74.196	86.800

b. Aging-list

	2018	2017
De 1 a 30 dias	31.918	33.514
De 31 a 60 dias	20.978	23.417
De 61 a 120 dias	14.689	19.686
De 121 a 365 dias	13.318	21.521
Acima 365 dias	14.132	18.426
Subtotal	95.035	116.564
Redução ao Valor Recuperável	(20.839)	(29.764)
Total	74.196	86.800

9 Ativos e passivos fiscais

a. Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2018						2017					
	Circulante		Não Circulante		Total		Circulante		Não Circulante		Total	
Impostos a compensar	128.148	8.192	136.340	50.711	8.073	58.784	-	-	-	-	-	-
Créditos tributários diferidos (b-i)	-	55.872	55.872	-	104.392	104.392	-	-	-	-	-	-
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	(46.279)	(46.279)	-	(51.582)	(51.582)	-	-	-	-	-	-
Total	128.148	17.785	145.933	50.711	60.883	111.594						

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Créditos tributários diferidos

Créditos tributários sobre diferenças temporárias:	Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/12/2018		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para riscos de crédito	29.829	8.665	(3.683)	34.811		
Provisão para contingências fiscais	44.264	5.378	(46.836)	2.806		
Provisão para contingências cíveis	12.154	-	(3.954)	8.200		
Provisão para contingências trabalhistas	3.398	-	(471)	2.927		
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	(767)	290		
Outros	13.690	212	(7.064)	6.838		
Total dos créditos tributários	104.392	14.255	(62.775)	55.872		

Créditos tributários sobre diferenças temporárias:	Saldo em 31/12/2016			Saldo em 31/12/2017		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Provisão para riscos de crédito	50.102	10.028	(30.301)	29.829		
Provisão para contingências fiscais	43.734	5.478	(4.948)	44.264		
Provisão para contingências cíveis	11.416	3.054	(2.316)	12.154		
Provisão para contingências trabalhistas	3.648	1.885	(2.135)	3.398		
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	1.057	-	-	1.057		
Outros	11.192	13.690	(11.192)	13.690		
Total dos créditos tributários	121.149	34.135	(50.892)	104.392		
Ajuste a valor de mercado - títulos disponíveis para venda	47.001	-	(47.001)	-		
Total dos créditos tributários	168.150	34.135	(97.893)	104.392		

Não foram considerados no desenvolvimento de sinistros os seguros DPVAT e retrocessão no montante de R\$ 57.224, estimativa de salvados e ressarcidos (R\$ 155.016) e IBNER no valor de R\$ 136.036.

(ii) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31/12/2017			Saldo em 31/12/2018		
	Constituição	Realização		Constituição	Realização	
Ajuste a valor de mercado - títulos disponível para venda	(8.778)	(28.465)	-	(8.778)	-	(37.243)
Atualização de depósito judicial	(42.804)	-	33.768	(42.804)	(339)	(9.036)
Total de obrigações fiscais diferidas	(51.582)	(28.465)	33.768	(51.582)	(339)	(46.279)

c. Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2019	10.578	6.366	16.944
2020	5.880	3.528	9.408
2021	4.253	2.552	6.805
2022	3.437	2.062	5.499
2023 em diante	10.776	6.440	17.216
Total	34.924	20.948	55.872

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 52.414 (R\$ 97.001 em 31 de dezembro de 2017) referente a diferenças temporárias.

10 Depósitos judiciais e fiscais

	2018	2017
INSS (*)	6.063	108.915
Sinistros	22.005	21.999
Cíveis e trabalhistas	15.668	18.920
PIS	2.791	3.873
IRPJ e CSLL	937	974
Outros	4.649	4.718
Total	52.113	159.399

(*) Variação referente a realização do processo LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991, conforme nota explicativa 18i.

11 Imobilizado

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2018
Bens móveis	5.262	439	(1.452)	(25)	4.224
Outras imobilizações	3.418	591	(1.043)	-	2.966
Total	8.680	1.030	(2.495)	(25)	7.190

	Saldo em 31/12/2016	Aquisição	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2017
Bens móveis	6.397	400	(1.514)	(21)	5.262
Outras imobilizações	4.394	1.171	(2.147)	-	3.418
Total	10.791	1.571	(3.661)	(21)	8.680

12 Intangível

	Saldo em 31/12/2017	Aquisição/ (Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 31/12/2018
Sistema de computação	281.005	(63.026)	(86.929)	131.050
Total	281.005	(63.026)	(86.929)	131.050

	Saldo em 31/12/2016	Aquisição/ (Baixa) (*)	Amortização	Saldo em 31/12/2017
Sistema de computação	276.872	94.518	(90.385)	281.005
Outros intangíveis	38	-	(38)	-
Total	276.910	94.518		



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

Sinistros líquidos de resseguro

	Ano de aviso do sinistro											Total
	Até 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Montante estimado para os sinistros												
No ano do aviso	851.308	1.785.979	2.252.425	2.434.366	2.798.686	2.811.845	3.520.970	3.801.086	3.660.594	3.442.853	3.212.196	-
Um ano após o aviso.....	838.116	1.767.571	2.226.547	2.409.938	2.688.221	2.645.925	3.304.870	3.689.978	3.541.572	3.458.405	-	-
Dois anos após o aviso	826.988	1.760.401	2.222.960	2.398.452	2.690.122	2.620.053	3.315.805	3.665.485	3.544.905	-	-	-
Três anos após o aviso	836.236	1.763.735	2.240.824	2.411.974	2.699.782	2.653.066	3.321.412	3.684.459	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso	840.689	1.784.644	2.255.457	2.420.706	2.723.605	2.653.597	3.329.466	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	847.027	1.791.026	2.269.167	2.440.631	2.741.328	2.662.709	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso.....	859.192	1.805.057	2.285.234	2.445.479	2.751.149	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso.....	864.950	1.813.522	2.286.481	2.456.020	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso.....	873.754	1.815.369	2.292.364	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso.....	879.530	1.816.559	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso.....	909.528	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base.....	909.528	1.816.559	2.292.364	2.456.020	2.751.149	2.662.709	3.329.466	3.684.459	3.544.905	3.458.405	3.212.196	30.117.760
Pagamentos de sinistros efetuados	(878.044)	(1.804.404)	(2.271.836)	(2.426.220)	(2.709.812)	(2.619.315)	(3.267.673)	(3.595.889)	(3.455.112)	(3.356.678)	(2.546.023)	(28.931.006)
Provisão de sinistros a liquidar	31.484	12.155	20.528	29.800	41.337	43.394	61.793	88.570	89.793	101.727	666.173	1.186.754

e. Aging de sinistros judiciais

	2018			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	82.592	138.315	336.807	557.714
Sinistro Líquido de Resseguro	82.154	136.984	329.521	548.659

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Sinistro Bruto de Resseguro.....	89.532	183.165	300.888	573.585
Sinistro Líquido de Resseguro	75.015	165.816	287.285	528.116

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros

	PSL judicial			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Montante das ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	197.221			197.221
Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas	164.313			164.313
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída	24.881			24.881
Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas.....	58.608			58.608

18 Provisões judiciais

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

(i) Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são: INSS - Contribuição previdenciária Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – Foram realizados integralmente valores provisionados e depositados judicialmente no valor de R\$ 103.236 (conforme nota explicativa 10), onde se discutia a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição.

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos trabalhistas encerrados nos últimos 12 meses (para ex-funcionários) e últimos 60 meses (para terceiros).

(iii) Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) Auto de Infração no valor atual de R\$ 36.480, decorrente de atraso na entrega de arquivos digitais da escrituração contábil e fiscal, relativos ao ano de 2007, cuja exigibilidade está suspensa em razão de liminar concedida pelo TRF 2ª Região; e b) Auto de Infração no valor de R\$ 11.504, decorrente de atuação de PIS e COFINS relativo ao período de 07/2010 a 12/2011 sobre comissões devolvidas pelas corretoras sobre prêmios de apólices canceladas e/ou restituídas, cuja exigibilidade encontra-se aguardando o julgamento de impugnação.

(iv) Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(v) Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2018	116.334	8.502	29.376	1.045	155.257
Constituição líquida de reversões e baixa	3.715	2.506	5.373	41	11.635
Pagamentos	(121.273)	(3.684)	(14.248)	-	(139.205)
Atualização monetária	8.886	-	-	-	8.886
Saldo em 31 de dezembro de 2018	7.662	7.324	20.501	1.086	36.573

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras (*)	Total
Saldo em 1º janeiro de 2017	114.485	8.871	26.679	915	150.950
Constituição líquida de reversões e baixa	4.989	1.496	17.912	130	24.527
Pagamentos	(8.973)	(1.865)	(15.215)	-	(26.053)
Atualização monetária	5.833	-	-	-	5.833
Saldo em 31 de dezembro de 2017	116.334	8.502	29.376	1.045	155.257

(*) Refere-se à constituição de provisão de honorários de êxito das Contingências Passivas com perspectiva de perda possível e remota.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 221.002 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	191.109	106.007
Constituição da reserva legal	(9.556)	(5.300)
Base de cálculo dos dividendos	181.553	100.707
Dividendos propostos no exercício (nota 22)	45.388	25.177
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25,00%	25,00%

b. Atos societários

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de março de 2017, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 25.903, sendo R\$ 25.806 em integralização de créditos existentes na Companhia provenientes de dividendos propostos em 2016, com a emissão de 2.669 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal e R\$ 97 mediante a capitalização de parte do saldo da conta de reservas de lucros - estatutárias, sem emissão de ações. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIORG Nº 463, de 17 de julho de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, foi deliberada a cisão parcial da Companhia seguida de incorporação do acervo cindido pela sua controladora Bradesco Seguros S.A., com a consequente redução de capital no montante de R\$ 149.989, sem alteração no número de ações. Este ato foi aprovado pela portaria SUSEP/DIORG Nº 7007, de 04 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

20 Gestão de Capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações subsequentes, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional como demonstrado abaixo:

	2018
Patrimônio líquido contábil	1.571.273
Ajustes Contábeis:	169.288
(-) Despesas antecipadas.....	(33.753)
(-) Ativos intangíveis	(131.050)
(-) Custo de aquisição não diretamente relacionadas a PPNG.....	(4.485)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	105.815
(+) Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	74.782
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	31.033
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	1.507.800
Capital mínimo requerido (CMR) - (Maior valor entre I e II)	1.111.026
Capital base (I)	15.000
Capital adicional com correlação (II) (*)	1.111.026
Capital adicional de risco de subscrição	932.498
Capital adicional de risco de crédito.....	70.718
Capital adicional de risco de mercado.....	277.720
Capital adicional de risco operacional.....	35.417
Efeito da correlação (benefício)	(205.327)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	396.774
Ativos líquidos	3.819.191
Suficiência de ativos garantidores dos Ativos Líquidos (**)	511.857
Capital de risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez (***)	1.036.244
Índice de liquidez em relação ao CR % (****)	49%

(*) Cálculo de Risco é a soma do capital de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional aplicado o benefício da correlação conforme Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações.

(**) Suficiência dos Ativos Líquidos, conforme determinado pela Resolução CNSP nº 360/2017, em relação ao total de provisões técnicas líquida dos valores redutores da necessidade de cobertura.

(***) Capital de Risco deduzido dos ajustes econômicos para fins de índice de liquidez: Corresponde ao valor do Capital Mínimo Requerido calculado com base no capital de risco de mercado sem considerar os fluxos não registrados e demais capitais inalterados (subscrição, crédito e operacional).

(****) O índice de liquidez em relação ao Capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 360/2017 é de no mínimo 20%. Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução 343/2016.

21 Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2018 totalizou R\$ 10.687 (R\$ 8.708 em de 2017), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 144.958 (R\$ 161.591 em 2017), sendo: benefícios concedidos R\$ 85.257 (R\$ 99.610 em 2017), benefícios a conceder R\$ 59.701 (R\$ 61.981 em 2017).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores também seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

22 Transações e saldos com partes relacionadas

Ativo	2018		2017		Receitas	2018		2017	
	100.119	76.230	100.119	76.230		12.513	4.841	12.513	4.841
Disponível	39.460	28.688	39.460	28.688	1.002	1.617	1.002	1.617	
Banco Bradesco S.A. (controlador final) ..	39.460	28.688	39.460	28.688	1.002	1.617	1.002	1.617	
Aplicações	30.172	35.104	30.172	35.104	5.874	3.224	5.874	3.224	
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (d)	30.172	35.104	30.172	35.104	5.874	3.224	5.874	3.224	

Valores a receber	2018		2017		Despesas	2018		2017	
	30.487	12.438	30.487	12.438		(750.452)	(717.861)	(750.452)	(717.861)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a).....	319	5.964	319	5.964	5.637	-	5.637	-	
Bradesco Vida e Previdência S. A. (empresa ligada).....	1.348	6	1.348	6	-	-	-	-	

Euroop Assistance Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (b)...	2018		2017		Despesas com alugueis	2018		2017	
	89	6.463	89	6.463		(6.260)	(6.580)	(6.260)	(6.580)
Atlântica Companhia de Seguros S.A. (empresa ligada)	6	5	6	5	-	-	-	-	

Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (f).....	2018		2017		Despesas com comissão	2018		2017	
	486	-	486	-		(141)	(134)	(141)	(134)
IRB Brasil Resseguros S.A. (empresa ligada) (f)	28.239	-	28.239	-	-	-	-	-	

Passivo	2018		2017		Despesas com serviços de terceiros	2018		2017	
	114.051	80.220	114.051	80.220		(315.713)	(293.522)	(315.713)	(293.522)
Obrigações a pagar (nota 13)	26.689	44.965	26.689	44.965	Rateio das despesas administrativas ...	(262.498)	(289.297)	(262.498)	(289.297)
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a).....	23.298	39.124	23.298	39.124	Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (a)	(262.498)	(289.297)	(262.498)	(289.297)

BSP Affinity Ltda (empresa ligada) (e).....	2018		2017		Outras despesas	2018		2017	
	120	120	120	120		(4.952)	(4.628)	(4.952)	(4.628)
Bradesco Saúde S.A. (empresa ligada) ...	-	5.719	-	5.719	Banco Bradesco S.A. (controlador final) ...	(438)	(433)	(438)	(433)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada).....	2	2	2	2	BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada).....	(5.822)	(6.147)	(5.822)	(6.147)



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

CNPJ Nº 92.682.038/0001-00

e. Outras receitas e (despesas) operacionais		
	2018	2017
Despesas de seguros.....	(411.778)	(488.235)
Despesas com administração de apólice.....	(1.485)	(4.370)
Contribuições sobre comissões.....	(4.142)	(5.074)
Provisão para riscos de crédito.....	(11.386)	50.908
Provisão de processos judiciais cíveis.....	8.875	(2.830)
Despesa com DPVAT.....	(11.161)	(13.206)
Outras despesas operacionais.....	(54)	(13.846)
Total.....	(431.131)	(476.653)
f. Resultado com resseguro		
	2018	2017
Recuperação de indenização de resseguro (nota 7c).....	39.097	114.729
Participação nos lucros.....	67	1.624
Prêmios resseguros cedido (nota 7c).....	(72.463)	(163.780)
Varição da provisão IBNR - resseguro.....	(1.867)	(29.945)
Varição das provisões técnicas - resseguro cedido.....	2.280	(25.354)
Salvados e ressarcimentos - resseguro.....	-	(1.302)
Provisão despesas relacionadas resseguro - IBNR.....	141	(27)
Total.....	(32.745)	(104.055)
g. Despesas administrativas		
	2018	2017
Despesas com serviços de terceiros.....	(453.010)	(484.150)
Despesas com localização e funcionamento.....	(206.402)	(223.284)
Despesas com pessoal próprio.....	(213.746)	(238.890)
Ordenados.....	(114.007)	(128.353)
INSS/FGTS.....	(37.668)	(38.209)
Honorários da administração.....	(7.662)	(6.174)
Planos de previdência privada (nota 21).....	(10.687)	(8.708)
Assistência Médica.....	(10.828)	(10.321)
Outras.....	(32.894)	(47.125)
Despesas com publicidade e propaganda institucional.....	(32.948)	(27.750)
Despesas administrativas do convênio DPVAT.....	(11.638)	(8.243)
Despesas com donativos e contribuições.....	(3.037)	(1.917)
Despesas com publicações.....	(156)	(35)
Despesas administrativas diversas.....	(7.935)	(9.727)
Total.....	(928.872)	(993.996)
h. Despesas com tributos		
	2018	2017
Despesas com COFINS.....	(101.553)	(100.174)
Despesas com PIS.....	(16.502)	(16.278)
Impostos/federais/estaduais/municipais.....	(5.002)	(9.380)
Despesas com taxa de fiscalização.....	(4.340)	(4.340)
Total.....	(127.397)	(130.172)
i. Resultado financeiro		
	2018	2017
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	461.596	530.106
Receitas com operações de seguros e resseguros.....	75.235	75.578
Receitas com atualização monetária e depósitos judiciais.....	9.054	7.692
Receitas com títulos de renda variável.....	858	106
Outras receitas financeiras.....	17.876	12.951
Subtotal.....	564.619	626.433
Despesas financeiras		
Despesas com título de renda fixa.....	(59.155)	(93.909)
Atualização monetária de operações de seguros e resseguros.....	(37.591)	(16.635)
Tributação sobre operações financeiras.....	(24.711)	(27.092)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(8.886)	(5.833)
Outras despesas financeiras.....	(7.480)	(5.780)
Subtotal.....	(137.823)	(149.249)
Total.....	426.796	477.184
j. Despesas de imposto de renda e contribuição social		
	2018	2017
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no período sobre adições temporárias.....	(14.750)	(17.096)
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(99.128)	(81.170)
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(113.878)	(98.266)

25 Reconciliação da alíquota efetiva de impostos de renda e contribuição social					
	2018	2017			
Resultado antes de impostos e participações.....	312.884	213.267			
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 20%, respectivamente.....	(140.798)	(95.971)			
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:					
Participações no resultado.....	3.554	4.047			
Dividendos.....	361	42			
Doações, patrocínio e brindes.....	(4.347)	(2.154)			
Contribuição entidade de classe.....	(567)	(689)			
Ajustes efetuados na declaração de rendimento.....	(5.314)	(2.630)			
Outros.....	33.233	(911)			
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(113.878)	(98.266)			
Alíquota efetiva.....	36,40%	46,08%			
26 Outras Informações					
a. Relatório do Comitê de Auditoria					
O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (acionista controlador final) em 5 de fevereiro de 2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo.					
b. Transferência de Carteira					
Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de julho de 2017, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio da Companhia, com posterior incorporação do acervo cindido para a Bradesco Seguros S.A., decorrente da transferência de parte das operações de seguros de P&C (<i>Property and Casualty</i>), como, por exemplo, ramos Aeronáutico, Marítimo, Responsabilidade Civil e de Transportes ("Seguros de Grandes Riscos").					
A Cisão justifica-se pela necessidade de segregação de acervo líquido constituído por determinados ativos e passivos da Bradesco Auto/RE, com incorporação pela Incorporadora como parte de operação de parceria entre a Bradesco Seguros e a Swiss Re Corporate Soluções Brasil Seguros S.A., visando uma melhor exploração das atividades de seguros de grandes riscos. A vigência média da carteira transferida é de 1 ano e 4 meses. Esta transferência foi aprovada pela Portaria SUSEP Nº 7.007 de 4 de outubro de 2017.					
Os principais direitos e obrigações relacionados à transferência, conforme contrato celebrado entre as partes são:					
i. A Cessionária se compromete a cumprir todas as obrigações pactuadas nos contratos transferidos; e					
ii. A Cessionária não assumirá qualquer responsabilidade, individual ou solidária, por quaisquer débitos, obrigações ou responsabilidades da cedente, de qualquer natureza, que não tenham sido transferidos para a cessionária por meio do acervo líquido.					
Os principais ativos e/ou passivos decorrentes da transferência de carteira de grandes riscos estão demonstrados, por ramos, a seguir:					
Ativo					
Circulante.....		1.064.303			
Caixa.....		1.290			
Aplicações financeiras.....		246.649			
Crédito das operações com seguros e resseguros.....		251.908			
Prêmios a receber (nota 6d).....		186.475			
Operações com seguradoras.....		15.628			
Operações com resseguradoras (nota 7b).....		49.805			
Ativos de resseguros - provisões técnicas (nota 7b).....		546.102			
Custos de aquisição diferidos (nota 17c).....		15.704			
Outros.....		2.650			
Não circulante.....		171.604			
Ativos de resseguros - provisões técnicas (nota 7b).....		125.521			
Custos de aquisição diferidos (nota 17c).....		475			
Depósitos judiciais e fiscais.....		45.608			
Total do ativo.....		1.235.907			
Passivo					
Circulante.....		857.371			
Débitos de operações com seguros e resseguros.....		108.348			
Provisões técnicas - seguros (nota 17b).....		733.098			
Outros.....		15.925			
Não circulante.....		228.547			
Provisões técnicas - seguros (nota 17b).....		228.415			
Outros.....		132			
Total do passivo.....		1.085.918			
Acervo líquido.....		149.989			
	Créditos das operações com seguros e resseguros	Ativo de Resseguro Circulante	Ativo de Resseguro Não Circulante	Provisões Técnicas Circulante	Provisões Técnicas Não Circulante
Ramos					
Aeronáuticos.....	33.188	54.850	10.272	60.322	13.872
Engenharia.....	1.905	6.929	7.995	9.536	10.999
Marítimo.....	9.082	15.000	3.012	23.811	4.207
Property.....	120.447	231.768	54.859	312.343	92.236
RCG.....	10.761	8.688	45.194	24.875	87.067
Riscos Especiais.....	9.823	217.387	1.098	219.890	1.596
Rural.....	-	23	-	26	-
Transporte.....	66.702	11.457	3.091	82.295	18.438
Total.....	251.908	546.102	125.521	733.098	228.415

DIRETORIA

Ney Ferraz Dias
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Jair de Almeida Lacerda Júnior
Curt Cortese Zimmermann
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Saint'Clair Pereira Lima
Vinicius Marinho da Cruz
Juliano Ribeiro Marçilio

Diretor-Geral
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor-Gerente
Diretor
Diretor
Diretor

Saint'Clair Pereira Lima
Atuário MIBA nº 943

Getúlio Antônio Guidini
Contador CRC-RS034447/O-7-T-RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A.
CNPJ: 92.682.038/0001-00
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração
A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.
Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Companhia, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Companhia auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de fevereiro de 2019



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Érika Carvalho Ramos
Contadora CRC 1SP224130/O-0

Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião
Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019



ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS, CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco
Atuário - MIBA 2.679

Endereço: Av Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - SP
Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo